

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ABRAÃO DA CRUZ TAVARES

**ECONOMIA DO CRIME: UMA ANÁLISE SOBRE OS DETERMINANTES DO
CRIME NO BRASIL**

CURITIBA

2017

ABRAÃO DA CRUZ TAVARES

**ECONOMIA DO CRIME: UMA ANÁLISE SOBRE OS DETERMINANTES DO
CRIME NO BRASIL**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Motta Correia

CURITIBA

2017

TERMO DE APROVAÇÃO

ABRAÃO DA CRUZ TAVARES

ECONOMIA DO CRIME: UMA ANÁLISE SOBRE OS DETERMINANTES DO CRIME NO BRASIL

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Motta Correia
Departamento de Economia, UFPR.

Profa. Dra. Denise Maria Maia
Departamento de Economia, UFPR.

Profa. Dra. Adriana Sbicca Fernandes
Departamento de Economia, UFPR.

Curitiba, 24 de novembro de 2017.

Dedico esse trabalho a algumas pessoas
que marcaram minha vida
(Mãe, Pai, Alexandre, Tia Neide, Tia
Adelina e Tio Zé).

AGRADECIMENTOS

Agradeço aquele que dá sentido e mais, cada dia me surpreende fazendo-me debruçar em admirá-lo pôr da forma ao barro que muitas vezes se mostra tão impermeável.

Minha mãe e meu pai que desde meu nascimento conspiram para que meu universo seja ainda mais feliz. Mesmo sofrendo a distância, o amor de vocês transcendeu territórios.

Ao meu irmão Alexandre por sonhar comigo algo que um dia era tão distante.

As duas mães de vida: Tia Neide e Tia Adelina; eu nunca esquecerei cada palavra certa de ânimo que me traziam de volta ao caminho da vida.

Aos queridos amigos de São Paulo: amigos de estudos, amigos do trabalho, amigos de viagens, amigos de café e almoço em casa. Vocês marcaram minha vida.

Ao Professor Fernando Motta; fico admirado com sua atenção e por sempre se mostrar acessível a cada encontro que tínhamos. Quando crescer, quero ser como você.

E por fim aos amigos de Curitiba; só teve sentido isso tudo por viver um dos melhores tempos de minha vida aprendendo com vocês e ser irmão mais velho, foi meu maior prazer (bom demais!).

“Que grande inutilidade!” diz o mestre.

“Que grande inutilidade! Nada faz
sentido!”

(BÍBLIA, Eclesiastes, 1, 1, p.516)

RESUMO

O intuito desse trabalho é localizar, através da evolução dos estudos de determinados autores em economia do crime as variáveis de impacto que possuem poder de explicação dos níveis de criminalidade no Brasil. É feito um apanhado da literatura do crime dentro da economia mapeando o debate existente a se considerar as principais variáveis propostas como explicáveis do crime e como elas agem na relação com os índices criminais. A pesquisa apresenta um panorôma das cidades brasileiras com seus índices de violência atrelados ao dinamismo regional, bem como dados comparativos do crime oriundos da PNAD. Os principais resultados da pesquisa apontam novos movimentos associados à economia do crime, a partir de um processo de interiorização da violência e nesse campo, o debate dentro do tema indica uma atenção maior quanto à industrialização por parte das cidades do interior do Brasil que trouxeram consigo os infortúnios da cidade grande, assim como alterações relativas das taxas criminais entre as cidades.

Palavras-chave: Economia do Crime. Violência. Brasil

ABSTRACT

The purpose of this study is to locate, through the evolution of the studies of certain authors in crime economics, the impact variables that have the power to explain crime levels in Brazil. A literature review of crime within the economy is made by mapping the existing debate to consider the main variables proposed as explainable of crime and how they act in relation to criminal indices. The survey presents a panorama of the Brazilian cities with their violence indexes linked to regional dynamism, as well as comparative crime data from the PNAD. The main results of the research point to new movements associated to the crime economy, based on a process of internalization of violence and in this field, the debate within the theme indicates a greater attention regarding the industrialization by the cities of the interior of Brazil that they brought with them the misfortunes of the big city, as well as relative changes in criminal charges between cities.

Key-words: Crime Economy. Violence. Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAS QUE FORAM VÍTIMAS DE TENTATIVA DE ROUBO OU FURTO, NO PERÍODO DE 365 DIAS, DE 10 ANOS OU MAIS, SEGUNDO REGIÕES DO BRASIL – 1988- 2009.....	27
GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAS QUE FORAM VÍTIMAS DE ROUBO OU FURTO, NO PERÍODO DE 365 DIAS, DE 10 ANOS OU MAIS, SEGUNDO REGIÕES DO BRASIL – 1988-2009.....	27
GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAS QUE FORAM VÍTIMAS DE AGRESSÕES FÍSICAS, NO PERÍODO DE 365 DIAS, DE 10 ANOS OU MAIS, SEGUNDO REGIÕES DO BRASIL – 1988-2009	28

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PERCENTUAL DE PESSOAS QUE FORAM VITIMAS DE TENTATIVA DE ROUBO OU FURTO, NO PERÍODO DE 365 DIAS, DE 10 ANOS OU MAIS, SEGUNDO REGIÕES DO BRASIL – 1988-2009.....	26
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS

CNM	- Confederação Nacional dos Municípios
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONU	- Organização das Nações Unidas
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
UNESCO	- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REVISÃO DA LITERATURA DO CRIME DENTRO DA CIÊNCIA ECONÔMICA	14
2.1	EDUCAÇÃO COMO VARIÁVEL EXPLICATIVA DO CRIME.....	16
2.2	A RENDA COMO VARIÁVEL EXPLICATIVA.	18
2.3	SEGURANÇA PÚBLICA E CRIMINALIDADE.....	19
2.4	RELAÇÃO CRIME E ARMAS DE FOGO.....	21
3	PANORÂMA DAS CIDADES BRASILEIRAS E O DINÂMISMO DO CRIME.....	23
4	LEVANTAMENTO DE DADOS DE VITIMIZAÇÃO.....	26
5	CONCLUSÃO.....	30
	REFERÊNCIAS	32
	APÊNDICE A – RESUMO DOS PRINCIPAIS TRABALHOS ANALISADOS COM OS PRINCIPAIS RESULTADOS ENCONTRADOS.....	35
	ANEXO A – HOMICÍDIOS POR PORTE DE ARMA DE FOGO (PAF) DENTRO DAS RESIDÊNCIAS E SUICÍDIOS POR PORTE DE ARMA DE FOGO (PAF)	37
	ANEXO B – RELAÇÃO DE NÚMEROS E TAXAS MÉDIAS (100 MIL HABITANTES) DOS 200 MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES NO BRASIL (2008/2010) – ORDEM DECRESCENTES EM RELAÇÃO ÀS MAIORES TAXAS	38

1 INTRODUÇÃO

A vida em sociedade parece ser um dos grandes desafios de investigação nas ciências humanas, e mais precisamente das ciências sociais no que tange à complexidade nas relações entre o homem em seu espaço. Dentro dessa complexidade chega-se ao limiar de um grande expoente diversamente discutido e que, especialmente no Brasil, tem sido pauta de debates tanto na esfera pública quanto privada: a criminalidade.

Pode parecer intrigante a ciência econômica caminhar para além do universo de temas associados à inflação, desemprego, juros e moedas a fim de adentrar em uma seara um tanto quanto “tangencial” a tradicional pauta ortodoxo-heterodoxa que em sua maioria os economistas satisfazem-se em debater, para então buscar inferir em um campo onde nem sempre a relação causa-efeito cartesiana pode ser sustentada em seus resultados, como em certa medida pode ser observado nesta discussão econômica clássica.

Ao que se parece, o conhecimento e contato com o crime vêm de tempos bem antigos. Oriundo do termo em latim *crimen*, crime é algo punível por uma autoridade ou estado em se tratando de algo que contrarie e/ou ofenda uma lei penal. Entre as civilizações milenares na história de formação do mundo, os hebreus em seus escritos referenciam já nas primeiras páginas de seu primeiro livro do Pentateuco a ocorrência de um homicídio. No relato de Moisés em Gêneses capítulo 4, a narrativa bíblica descreve a cena de um assassinato entre irmãos que motivado por certa raiva, Caim leva a cabo o desejo de vingança e mata Abel.

Na contemporaneidade, a situação parece não ser amenizada, pelo contrário: um rápido passeio pelo Jornal online G1.com fora encontradas algumas manchetes do dia 20 de Outubro de 2017, que segue: um adolescente de 14 anos de idade atira contra colegas em sala de aula na cidade de Goiânia-GO deixando dois mortos e quatro feridos; em Recife-PE dois homens são mortos por disparos com armas de fogo e têm seus corpos carbonizados; Operação Beton em Salvador-BA prende quatro suspeitos em sonegação fiscal de R\$73 milhões de reais em empresas do ramo de argamassa e materiais de construção; no Paraná, seis pessoas são presas em flagrante durante operação da Polícia Civil em combate à exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes; no Rio de Janeiro-RJ, o ex-governador Sergio Cabral é condenado pela terceira vez na Operação Lava Jato pelo crime de

lavagem de dinheiro, o que deverá ser cumprido se a pena for mantida em outras instâncias. E assim por diante, a lista de ocorrências parece ser interminável. Diante disso, sociólogos, juristas, criminologistas e economistas tem se debruçado a fim entender as possíveis causas que levam o ser humano a praticar ações criminosas. E justamente é nesse interim que reside o limiar de uma longa e talvez interminável discussão.

O intuito desse trabalho é observar, através da evolução dos estudos em economia do crime as variáveis de impacto que possuem poder de explicação dos níveis de criminalidade no Brasil. Para tanto, o trabalho está organizado em quatro capítulos, além desta introdução. O capítulo dois faz um apanhado da literatura do crime dentro da economia, mapeia o debate existente ao considerar as principais variáveis propostas como explicáveis do crime. O capítulo três apresenta um panorâma das cidades brasileiras com seus índices de violência atrelados a preposição da existência de espraiamento da criminalidade. O quarto capítulo apresenta dados do crime oriundos da PNAD e, por fim, o capítulo cinco trará as considerações finais do trabalho.

2 REVISÃO DA LITERATURA DO CRIME DENTRO DA CIÊNCIA ECONÔMICA

Para inferir sobre a criminalidade é pertinente ter em mente que esse termo trata-se de um agregado em que sua composição carrega diversas vertentes de ações que por sua vez traz consigo causalidades ímpares. Cerqueira (2014) relata que as subcategorias dos fenômenos criminais podem gerar motivações diversas por parte do perpetrador do ato como nas situações que envolvem honra e questões amorosas, ganhos econômicos, distúrbios psíquicos, preconceitos homofóbicos, raciais e de gênero, entre outros.

Assim, podem-se ter um cenário em que existam crimes de ordem contra a vida (homicídios, por exemplo), como os de ordem econômica (furtos, crimes contra a propriedade, entre outros). Conforme Duenhas (2009) pontua a existência de diferenciação entre crime e violência; para ele, o crime engloba ações ilegais que se configura como infração de um código penal. A violência é o ato que provoca dano a um grupo ou a um indivíduo seja na esfera física, moral, em suas posses ou em suas participações simbólicas e culturais. Então pode haver crimes sem violência, como por exemplo, a falsificação de documentos que vise sonegação do Imposto de Renda, como crimes com violência, roubos (por exemplo).

A literatura econômica do crime ainda é razoavelmente nova. Foi com Gary Stanley Becker e seu artigo de 1968: *Crime and punishment: an economic approach*, que os estudos nesse sentido começam a se desenvolver. Becker, no artigo em questão propôs um modelo teórico em que caracteriza a ação do indivíduo criminoso como uma decisão racional em que se leva em consideração a possibilidade de obter ganhos de bem-estar com a ação delituosa; assim, todos são delinquentes em potencial que avaliam o custo de oportunidade em se cometer um crime levando em consideração que o benefício do mesmo seja maior que o custo moral em ser pego, custo de execução e planejamento da ação e a probabilidade em ser preso.

De acordo com Clemente & Welters (2007, pg.154) justificando a importância do modelo de Becker como instrumento social e econômico em que “permita mais bem entender o contexto social, econômico e político do século XXI e que seja útil para o desenho de políticas públicas mais eficazes”. Todavia, quando se pensa em ações de obtenção de lucros econômicos a teoria proposta parece ser coerente, mas para homicídios que em sua grande parte não gera consequente resultado

monetário, faz com que o modelo não seja tão bem encaixado, conforme será explicado adiante.

No âmbito dos homicídios no Brasil, Cerqueira (2014) indica sete variáveis possíveis de explicarem o aumento dessa categoria violenta: desigualdade de renda, renda domiciliar *per capita*, proporção de jovens na população, efetivo policial, taxa de encarceramento, prevalência de armas de fogo e drogas ilícitas. A partir das variáveis, o autor também percebe o que se pode denotar como espraiamento dos homicídios no país decorrentes da mudança nos índices em que estados da federação tradicionalmente conhecidos por seus altos níveis de violência sejam suplantados por outro em decorrência do movimento do mercado de drogas ilícitas para novos locais. Assim também, chama-se a atenção para uma correlação entre jovens, armas e drogas.

Mendonça, Loureiro e Sachsida (2003) avaliam a criminalidade através dos níveis de desigualdade social e de renda no Brasil. Os autores lançam mão na pesquisa nesse que parece ser uma fonte de explicação um tanto quanto trivial de cunho sociológico. A taxa de urbanização também se mostra significativa possibilitando a proposta em alongar novas pesquisas a fim de verificar graus de interação social como facilitador da ocorrência de crimes.

Como agenda de pesquisa, Resende e Andrade (2011) propõem um estudo¹ para as causa da criminalidade através das seguintes variáveis: desigualdade de renda, ação policial (quantidade de polícia militar e civil a serviço da população), densidade populacional, renda *per capita*, pobreza, escolaridade, taxa de fecundidade em 1991, acesso a TV, famílias lideradas por mulheres, homens entre 15 a 25 anos e *dummies* para região metropolitana. Os resultados obtidos de forma sintética são abaixo apresentados:

- Para os crimes contra a propriedade (de ordem econômica), a desigualdade de renda tem forte poder de explicação nas situações registradas em cidades com um número de habitantes maior que 100 mil;

¹ O artigo em questão usa uma abordagem empírica de modo que através do modelo econométrico: $\log(y) = \beta_0 \log(\text{dens}) + \beta_1 \log(\text{gini}) + \beta_2 \log(p) + \beta_3 \log(x)$ os autores verificam a taxa de criminalidade para cada localidade (municípios brasileiros). Assim, é considerado a população disposta a cometer um crime, X, como função de diversos fatores como desigualdade na distribuição de renda, gini, e fatores sócio-econômicos como pobreza, desemprego e instabilidade familiar – representador pelo vetor x.

- Aos homicídios (crimes contra a vida), a desigualdade de renda apresentou efeito ambíguo, já para estupro e lesão corporal o efeito passa a ser relevante;
- Famílias sem a presença paterna não apresentaram significância para os homicídios, em contrapartida contribuíram para lesões, tentativas de homicídios e estupros;
- O percentual de escolaridade não se mostrou significativo;
- E por fim, o indicador de pobreza mostrou alta ligação com homicídios, positivamente, e negativamente com os de contra a propriedade. Já a desigualdade de renda mostrou-se ambígua com os crimes contra a pessoa: positiva para homicídios e neutra para estupros, lesões e tentativas de homicídios; e positivamente relacionado com os homicídios.

A tarefa de entender os determinantes do crime parece ser tão desafiadora quanto avaliar os impactos causados pelos rastros de sangue deixado por ele.

2.1 EDUCAÇÃO COMO VARIÁVEL EXPLICATIVA DO CRIME

Considerando esses entraves no caminho para o entendimento de variáveis que determinam a criminalidade, a educação, em certa medida integra os discursos que buscam explicar o motivo das ações criminosas e aparece em diversos trabalhos que tentam dimensionar seus impactos. Mas, em até que medida a educação, em sua esfera formal consegue direcionar possíveis aferições?

A fim de analisar os impactos dos gastos públicos sobre os níveis de criminalidade no Brasil, Loureiro & Carvalho (2006) usam como *proxy* acesso a educação formal. A Constituição Federal brasileira de 1988, em seu Artigo 208, prevê a responsabilidade do Estado como garantidor de acesso à escola gratuita e de qualidade para crianças em sua formação primária e secundária (em média dos 4 aos 17 anos de idade).

Os resultados obtidos através de regressão econométrica do poder de explicação dessa variável mostra uma oscilação quanto ao crime praticado. Embasado com o argumento de que para os crimes de maior violência, homicídios e roubo existem uma relação dissuasória; de acordo com Loureiro & Carvalho (2006,

p. 14) “este resultado está de acordo com o argumento de que a educação aumenta os custos morais da participação em atividades criminosas que envolvem maior violência, como homicídio e roubo”. Já para furtos e sequestros, a relação negativa encontrada infere que quanto mais tempo de estudos, implicará em uma redução com os níveis criminais dessas duas categorias (LOUREIRO & CARVALHO, 2006).

A Organização das Nações Unidas, na figura da UNESCO, que atua mundialmente como uma instituição de apoio ao desenvolvimento educacional, científico e cultural dos países membros, preocupado com o avanço da violência manifestada por conflitos políticos, civis e religiosos, divulgou em 2011 um breve estudo dos impactos causados na educação decorrente dos conflitos armados. Como forma de um relatório conciso, o mesmo integra o movimento de incentivos propostos pela Organização a fim de garantir e melhorar a Educação Para Todos (EPT). O cenário de violência no mundo manifesto pelos conflitos armados reforçam as desigualdades econômicas e sociais, aprisionando os países em uma cadeia de desespero e injustiças. O relatório também aponta que crianças pertencentes a zonas conflituosas tem mais chances de morrer antes de completar 5 anos de idade; os gastos militares excedem e muito os gastos com educação – 21 países em desenvolvimento gastam mais em armas de fogo de que com educação primária.

No contraponto da violência com seus impactos restritivos à educação de qualidade, o relatório vai além deduzindo o efeito oposto. De acordo com o Relatório Conciso UNESCO (2011, p. 7):

A combinação do rápido crescimento da população jovem com falhas na educação representa risco de conflito. Os sistemas educacionais em muitos países afetados por conflitos não proporcionam aos jovens as qualificações de que necessitam para sair da pobreza e do desemprego. Em muitos países afetados por conflitos que têm mais de 60% da sua população na faixa etária menor de 25 anos, a educação de boa qualidade é fundamental para superar o desespero econômico, que muitas vezes contribui para conflitos violentos. A educação inadequada pode alimentar conflitos violentos. A educação tem potencial para agir como força de paz — porém, muitas vezes as escolas são usadas para reforçar as divisões sociais, a intolerância e os preconceitos que levam à guerra. Nenhum país pode esperar viver em paz e prosperidade a menos que construa a confiança mútua entre seus cidadãos, começando nas salas de aula. Os governos nacionais e a comunidade internacional falham na defesa dos direitos humanos. Grupos governamentais ou não governamentais envolvidos em conflitos armados atingem crianças em idade escolar, professores, civis e escolas, em quase total impunidade. Isso é ainda mais real quando há ocorrência de casos de estupro e outras formas de violência sexual. As partes interessadas na iniciativa de EPT devem agir como defensores muito mais contundentes dos direitos humanos. (UNESCO, 2011, p. 7).

De acordo com Duenhas, Gonçalves e Gelinski Jr. (2014), sobre um panorama da violência nos municípios brasileiros, como resultado a educação corrobora com a teoria da racionalidade do indivíduo, já presente em Becker, (1968), no que concernem os crimes que proporcionam retornos financeiros (manifestos nos seqüestros e furtos); já para crimes de teor violento, maior nível educacional inibe o efeito causal positivo.

Diante das proposições, recortes mais apurados na averiguação dos determinantes da criminalidade poderão se deparar também com esse dilema: será somente a educação um fator explicativo do crime, tenda em vista que outras variáveis podem influenciar-la como a renda? Entretanto, os custos pela memória caótica da violência poderão gerar efeitos futuros, estendendo-se a responsabilidade causal às futuras gerações.

2.2 A RENDA COMO VARIÁVEL EXPLICATIVA

Entre as principais variáveis estudadas dentro da ciência econômica, a renda parece ser objeto central entre as discursões e previsões micro como macroeconômicas. Prever seu poder de interferência figura ser uma missão entre os pesquisadores.

Na teoria do crime, desde o trabalho de Becker (1968), fica clara uma determinada racionalidade econômica de tomada de decisão por ingressar no mercado criminal considerando os ganhos financeiros. Em outras palavras é como se cada ser humano fosse um criminoso potencial aguardando somente o momento em que a possibilidade de ganho financeiro seja maior que o risco da ação. Entretanto, é revisando os trabalhos realizados nas últimas décadas que se percebe uma relação causal não tão fiel a essa teoria.

De antemão, será válido apontar que na maior partes dos trabalhos levantados, o uso da *proxy* desigualdade de renda passa a ser bastante utilizada por escolha de construção de estudos; a de se ressaltar a existência de outras desigualdades que também possuem suas interreferências na sociedade como as de ordem sociais, de gênero, raça, entre outras.

De acordo com Carvalho & Taques (2014), preocupados em qual medida desigualdade de renda pode explicar a criminalidade no Brasil, os autores chegam à conclusão que quanto maior renda em poder dos indivíduos, maior serão os níveis de criminalidade o que de imediato causa um descompasso com o que se espera; entretanto os autores justificam na desigualdade de renda o efeito: quanto mais elevada à renda atrelada a maior desigualdade, existirá então uma tendência ao ato criminoso.

Como já foi salientado nas seções iniciais desse trabalho, o fator crime é um agregado que consigo carrega diversas ações que somente através de um olhar aguçado pode-se chegar a aferições de certa maneira, mais próximas da realidade. Desagregando essas ações, Resende (2011) encontra na desigualdade de renda uma relação positiva com os crimes de ordem econômica (chamados crimes contra a propriedade), mas ambíguo com crimes contra a vida: positivamente com homicídios, mas neutra em relação a lesões, estupros e tentativas de homicídios. Já a pobreza, que poderia se relacionar diretamente com o fator renda, tem uma relação positiva com os homicídios, mas negativa com as demais modalidades de crimes; isso leva a apontar que quanto menos renda o indivíduo possuir, mais ele estaria propenso a executar furtos e roubos, por exemplo.

Já para Gaulez e Maciel (2015) verificando os determinantes do crime contra o patrimônio no estado de São Paulo, encontra na renda uma relação positiva com o índice criminal; a cada R\$1,00 adicionado na renda ocasiona um acréscimo de 24% no aumento da taxa criminal. Mendonça, Loureiro e Sachida (2003) também apontam para a desigualdade de renda como fator que acentua a criminalidade; o incremento dessa análise está na consideração da insatisfação do indivíduo manifesta em sua escolha de consumo, que provoca a escolha pelo caminho marginalizado do sistema.

2.3 SEGURANÇA PÚBLICA E A CRIMINALIDADE

Um dos pontos mais usados como estandarte de campanhas eleitorais em que figuras eleitorais inflamam seus discursos a fim de atrair multidões, vê nas medidas relacionadas com segurança pública um chamariz para conquistar eleitores.

Aumento de policiamento, políticas de desarmamento e maior rigidez quanto à penalização por crimes permeiam o universo da segurança pública; entretanto crimes ligados ao abuso por conduzir um veículo sob o efeito do álcool, originados por intolerância, decorrentes da cultura do pensamento machista, entre outros, também figuram no agregado de um resultado de caos na sociedade e que, em certa medida conduz-se ao estado, enquanto instituição, a responsabilidade em arbitrar com todas elas.

Segundo matéria publicada pela ONU Brasil no dia 24 de janeiro de 2017, houve um aumento de denúncias contra intolerância religiosa entre 2014 a 2015 de 49%. Segundo estimativas da OMS, aproximadamente uma em cada três mulheres (35%) no mundo já sofreram algum tipo de violência física e/ou sexual de seu parceiro ou de terceiros durante a vida.

O trabalho de Waiselfisz (2011) sinaliza a dificuldade de compreender as causas dos homicídios no Brasil, no que segundo ele, é uma nação livre de conflitos religiosos ou étnicos, de cor ou raça e sem disputas territoriais, assim como também livre de guerras civis ou políticas e figura com taxas criminais bem mais altas do que regiões no mundo em que conflitos armados tragicamente fazem parte da rotina. Adiante, o autor exemplifica a situação de caos no país no que ele compara em 2010 a taxa de mortalidade criminal que foi de 137 homicídios por dia; equiparado ao “massacre” no extinto Carandiru, Casa de Detenção de São Paulo, que registrou no dia 2 de outubro de 1992, 111 mortes de detentos – o país chegou a ser mais violento que essa ocasião.

Os autores Resende & Andrade (2011) considerando a atuação policial na determinação da criminalidade aponta a efetividade do efetivo, como resultado, redução dos crimes, exceto os estupros. Os autores também sugerem um olhar aguçado quanto à reforma do sistema judicial e prisional. Duenhas (2009) aponta que gastos com segurança pública são efetivos no combate a violência, entretanto encontra ao longo do estudo realizado para o Brasil uma relação inconclusiva enquanto relação causa e efeito.

De uma forma geral, as limitações quanto aos determinantes do crime considerando o universo de possibilidades dos investimentos governamentais na condução de políticas públicas, os agentes formadores das medidas devem antes de tudo considerar os avanços ocorridos nos estudos para o Brasil no sentido de direcionar o orçamento público com maior eficácia – está preposição considera uma

forma de suavizar os resultados buscados pelos investimentos tendo em vista a consideração de que o levantamento empírico aponta para um distanciamento da exatidão dos resultados.

2.4 RELAÇÃO CRIME E ARMAS DE FOGO

Alguns trabalhos se debruçaram em entender até que ponto as armas de fogo, ou melhor relacionando, a facilidade em adquirir armas de fogo possuem influência na atividade criminosa e indo além, como essa facilidade influencia nos índices de crimes contra a vida (caracterizados por interações violentas).

O Estatuto do Desarmamento no Brasil fora sancionado em 22 dezembro de 2003, Lei 10.826. Nele, o país prevê o regimento quanto ao porte de armas, registro e penas para indivíduos que sejam apreendidos portando ou manuseando o objeto sem a devida liberação do Ministério da Justiça na figura da Polícia Federal.

A partir de sua implantação, alguns argumentos são lançados para se entender como o filtro causado aos usuários, pela lei, pode contribuir nos impactos registrados. De acordo com Cerqueira (2014, p. 93):

Os argumentos utilizados nesses artigos são que: (i) o indivíduo que possui uma arma de fogo fica encorajado a dar respostas violentas para solução de conflitos interpessoais; (ii) o possuidor de armas fica com poder para coagir; (iii) do ponto de vista do criminoso, a posse da arma de fogo faz aumentar a produtividade e diminuir o risco do perpetrador cometer crimes; além de (iv) aumentar a facilidade e o acesso e, conseqüentemente, diminuir o custo da arma pelo criminoso no mercado ilegal. (CERQUEIRA, 2014, p. 93).

No mesmo estudo citado é levantado o estado de São Paulo como um caso de redução de crimes com armas de fogo, sendo responsabilizada pelo autor, a regulamentação quanto aos artefatos (ver anexo A). Assim, chega-se a conclusão de que a sensação provocada pela restrição quando as armas de fogo gera uma sensação de custo maior em obtê-la o que em uma relação causal os dados obtidos são de redução, no estado, nas taxas de homicídios entres os anos de 2001 a 2007. (CERQUEIRA, 2014).

Entretanto, em estudo realizado em 2010 sobre homicídios praticados com armas de fogo, a CNM (Confederação Nacional dos Municípios) aponta para a efetividade da lei do Desarmamento e indica a existência de uma tendência quanto ao crescimento nas taxas dessa categoria de crime. O mesmo estudo indica que o caso de São Paulo, em redução de taxas de homicídios, não poderia ser

considerado somente pela lei em questão, mas por políticas de segurança adotadas pelo estado; o que corrobora essa contraposição são os dados apresentados em relação a outras cidades que possuem números crescentes de mortes causadas por armas de fogo. Para além, o mesmo estudo aponta a situação de irregularidade no Brasil e taxas que se destacam em cidades de fronteiras internacionais (que facilitariam a entrada ilegal) como Foz do Iguaçu e Guaíra – no Paraná.

3 PANORÂMA DAS CIDADES BRASILEIRAS E O DINAMISMO DO CRIME

Tornou-se tão comum as pessoas fazerem comparações de bem-estar entre as cidades que residem a partir da sensação de segurança que sentem. Entretanto como é possível chegar a diferenças e semelhanças em níveis um tanto quanto abstratos, quando se considera a sensação de estar seguro?

Um dos grandes avanços da humanidade desde os tempos primórdios foi em virtude de organizar a vida social em volta de uma comunidade. Os economistas comumente se diferem dos sociólogos, antropólogos e cientistas políticos quanto à forma de inferir o motivo do surgimento das cidades. Brueckner (2011) credita que o surgimento das cidades com ganhos pôr economias de escala e de aglomeração; o primeiro indica que quanto mais concentrado as indústrias, mais obtêm ganhos por parte do conjunto da força de trabalho; já o segundo diz respeito ao ganho quando há proximidade entre as empresas.

No âmbito da história econômica mundial, o advento da Revolução Industrial iniciada na Inglaterra em meados do século XVIII foi o estopim de uma guinada na transformação na vida do homem. As indústrias realizaram o papel de movimento do campo para a cidade e a partir de então esse traslado a favor de aglomerados urbanos começou a serem registrados. Parece intrigante: qual a relação entre formação das cidades com os determinantes do crime e ainda além, com as dificuldades em se determinar as variáveis que explicam os níveis de criminalidade?

Não é distante desse processo que no Brasil se vê disparidades de populações em seus 5.570 municípios, segundo dados do IBGE. Cidades de grande, médio e pequeno porte, diante da consideração de relatividade em população e tamanho enfrentam seus problemas diários quanto à vida coletiva social. As capitais comumente são consideradas, por tradicionalmente serem maiores e mais populosas concentrando boa parte das atividades industriais, como as mais violentas. Contudo, a antiga imagem da vida no interior, pacata e segura, parece tomar outros rumos.

Waiselfisz (2011) realizou um estudo no intuito de identificar o mapa da violência no Brasil em 2012 e dentre os resultados encontrados, abaixo estão elencados alguns pontos de extrema importância a se entender o caminho tomado pelas ações criminosas:

- No Brasil, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes evoluiu de 11,7% em 1980 para 26,2% em 2010;
- Um comparativo ao longo dos anos 2004 a 2007, os conflitos armados em Israel com a Palestina tiveram uma taxa média de mortes diretas de 11,1%, enquanto o Brasil registrou nesse mesmo período 25,7% de homicídios e 20% de mortes com arma de fogo;
- Entre os anos de 1980 a 2010, as taxas de homicídios por 100 mil habitantes no Brasil aumentaram 87% em média contra um aumento de 123% nas capitais e regiões metropolitanas, e 168% nos municípios do interior;
- Mudança no status dos 5 estados com maiores taxas de homicídios: em 2000, Pernambuco, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Mato Grosso figuravam como os mais perigosos na ordem decrescente de posição. Já em 2010, houve uma alteração nas posições registrando agora Alagoas, Espírito Santo, Pará, Pernambuco e Amapá;
- Para as 5 capitais nacionais com maiores índices, a posição em relação a taxa de homicídios por 100 mil habitantes também sofreu alteração. Em ordem decrescente de posição temos em 2000: Recife, Vitória, Cuiabá, São Paulo e Porto Velho. Em 2010 o cenário muda para: Maceió, João Pessoa, Vitória, Recife e São Luís;
- Dos 5 municípios com mais de 10 mil habitantes com maior taxa média de homicídios entre os anos 2008 a 2010, dois situam-se no estado da Bahia, dois no Paraná e um no Pará (ver anexo B);
- Foi percebido pelo autor novos padrões de violência homicida no Brasil: interiorização da violência (transferência do dinamismo da violência das capitais e regiões metropolitanas para o interior) e disseminação da violência (pautado na transferência do crescimento das taxas de estados para outros comumente considerados “tranquilos”).

Nos demais, no mesmo estudo o autor também levanta dados sobre a evolução das taxas de homicídios relacionados às questões de raça e gênero,

elucidando os maiores números ligados à população negra, e vitimização juvenil, que registram maiores índices em jovem masculinos de 15 a 24 anos.

Santos e Kassouf (2008) também já haviam percebido esse movimento espacial no dinamismo da violência e indicam um efeito de transbordamento entre as regiões no país. Para tentar averiguar as origens da criminalidade de forma espacial, a literatura apresenta situações ainda inconclusivas que no fundo também sugere desafios à pesquisa.

Cerqueira (2014) vai apontar o crescimento do mercado de drogas ilícitas que elevaram no país as taxas de homicídios em 41% entre 2001 a 2007. Já Duenhas, Gonçalves e Gelinski Jr. (2014) perceberam² que os municípios que mais investem em segurança são os que mais registram homicídios, contestando de certa forma políticas públicas que visam melhorias no índice.

Resende e Andrade (2011) indicam um olhar apurado aos formuladores de políticas para a questão da desigualdade de renda. Faz necessário uma atenção ao movimento industrial em direção as cidades do interior que de alguma forma contribuiu para a movimentação econômica a essas regiões; com isso, entre outros fatores, uma figura relevante seria processo de tráfico de drogas ilícitas. Entretanto outros fatores relevantes ao movimento econômico fazem necessário serem estudados; de maneira ampla, o dinamismo regional também apresenta um desafio para a agenda de pesquisa nos estudos dos determinantes da criminalidade.

²O artigo “Educação, Segurança Pública e Violência nos Municípios brasileiros: Uma análise de Painel de Dados Dinâmico” observa o problema da causalidade inversa quanto a variável segurança; Os autores apontam que não é possível inferir em um primeiro momento o sentido da endogeneidade. O uso de variáveis instrumentais visa contornar esse problema; a variável segurança utilizada apresenta coeficiente negativo e significativo.

4 LEVANTAMENTO DE DADOS DE VITIMIZAÇÃO

Os dados que serão apresentados a seguir partem da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) que em 2009 realizou o levantamento de dados nas Características de Vitimização e do Acesso à Justiça no Brasil.

A edição de 2009 contou com um comparativo do estudo semelhante realizado no ano de 1988 com ressalvas que serão apresentadas a seguir quanto à metodologia empregada. De pronto, em 1988 a Pesquisa com abrangência nacional buscou verificar a participação político-social quanto ao perfil das vítimas do crime no país. Para 2009, houve maior detalhamento do perfil sócio-econômico da vítima, assim como seu comportamento quanto à sensação de segurança e atitudes para prevenção em sofrer ataques criminosos.

A diferença metodológica das pesquisas entre os anos dá-se que em 1988 os dados obtidos referem-se a todos os indivíduos abordados pelo censo, enquanto em 2009 o recorte se deu para indivíduos com 10 anos ou mais. Em relação a vitimização, ambas pesquisas consideraram as informações de última ocorrência de roubos, furtos, agressão física e tentativa de roubo ou furto.

A tabela a seguir sintetiza os dados em porcentual de tentativa de furto e roubo na população de 10 anos ou mais, no período de 365 dias, separados por Regiões – 1988-2009. O destaque está em perceber que em 21 anos o percentual de pessoas com 10 anos ou mais que informaram ter sofrido tentativa de furto ou roubo no Brasil cresceu em mais 237%, sendo verificado na região Norte e Centro-Oeste a maior taxa em 2009.

Tabela 1 – Percentual de pessoas que foram vítimas de tentativa de roubo ou furto, no período de 365 dias, de 10 anos ou mais, segundo Regiões do Brasil – 1988-2009.

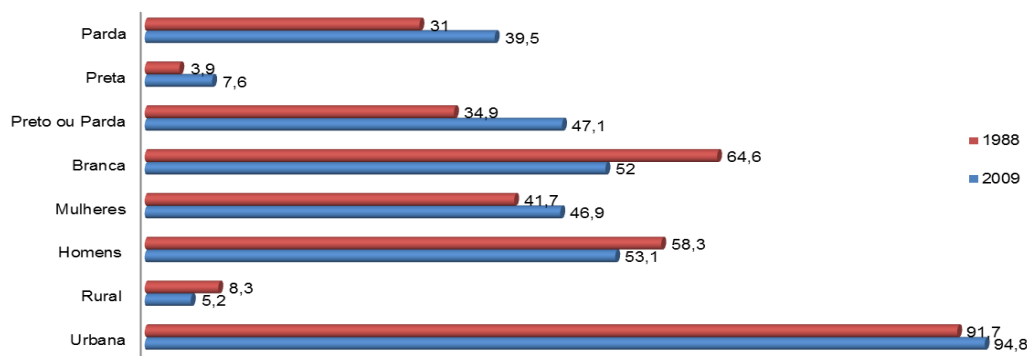
Regiões	1988	2009
Brasil	1,6	5,4
Norte e Centro-Oeste	2,6	7,6
Nordeste	1,2	5,0
Sudeste	1,8	5,0
Sul	1,5	5,4

Fonte: PNAD - Características da Vitimização e do Acesso à Justiça no Brasil, 2009.

Nota: Elaboração própria.

Os dados na sequência mostram ainda uma tendência de crescimento das ocorrências de pessoas que declararam terem sido vítimas de tentativa de furtos ou roubos, em estratos específicos da sociedade. O destaque de crescimento das taxas vai para população de cor negra ou parda e de mulheres.

Gráfico 1 – Distribuição de pessoas que foram vítimas de tentativa de roubo ou furto, no período de 365 dias, de 10 anos ou mais, segundo Regiões do Brasil – 1988-2009.

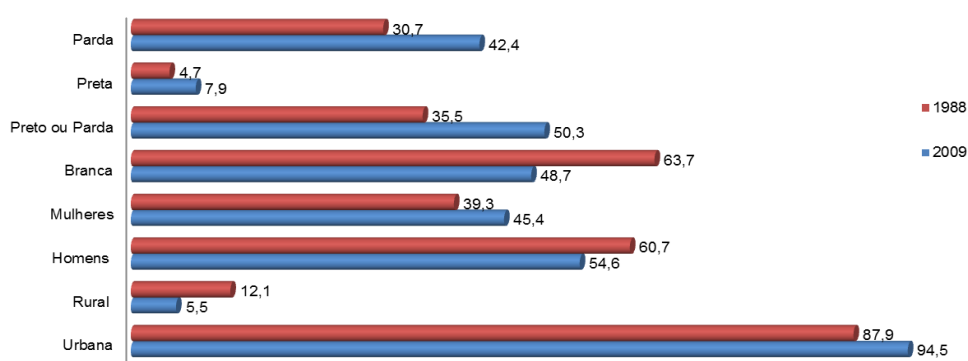


Fonte: PNAD - Características da Vitimização e do Acesso à Justiça no Brasil, 2009.

Nota: Elaboração própria.

A tendência de crescimento nas taxas de ocorrências de furtos e roubos no comparativo entre 1988 com 2009 também segue a mesma elevação encontrada nos dados apresentados pela variável de tentativa de furtos e roubos. A Pesquisa indica que em 1988 os artigos mais frequentes reclamados nos atos foram dinheiro, jóias e relógios; em 2009 o cenário muda, tendo como principal objeto de furto, o telefone celular (54,3%) e na sequência dinheiro, cartão de crédito e de débito. O gráfico a seguir mostra a distribuição da população agora sendo vítima de furtos e roubos.

Gráfico 2 – Distribuição de pessoas que foram vítimas de roubo ou furto, no período de 365 dias, de 10 anos ou mais, segundo Regiões do Brasil – 1988-2009.



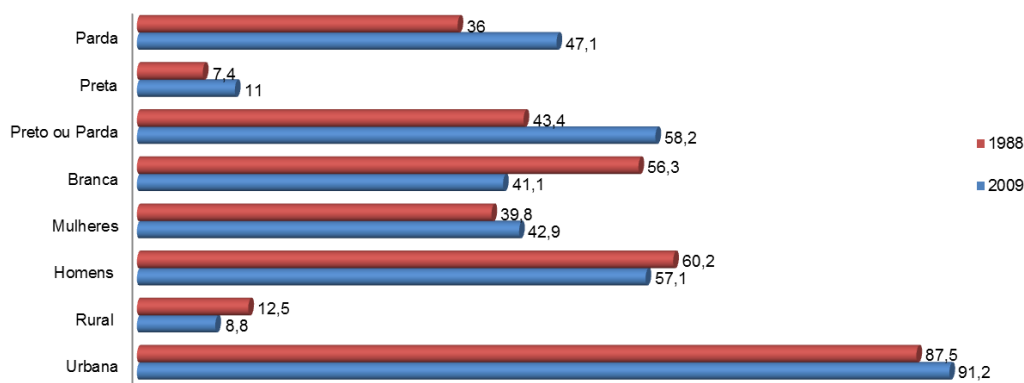
Fonte: PNAD - Características da Vitimização e do Acesso à Justiça no Brasil, 2009.

Nota: Elaboração própria.

Para os crimes que envolvem violência, como foi tratado na seção anterior, a motivação é indicada na literatura um tanto quanto diferente para os crimes contra a propriedade (furtos); essa modalidade vai além de explicações econômicas, entrando no campo da psicologia e sociologia para pautar explicações. Crimes contra a vida, homicídios, possuem raízes diversas não sendo tão facilmente caracterizado quanto ao lugar e conseqüentemente é caracterizado por dinâmicas diferentes. (SOARES, SOUZA & MOURA, 2016).

A Revista Exame apontou, em matéria publicada em 8 de março de 2017, que 503 mulheres foram vítimas de agressão no Brasil a cada hora em 2016. O dado ainda indica que uma em cada três mulheres já sofreram algum tipo de violência. Para as questões relacionadas à cor de pele, segundo Relatório CPI - Assassinato de Jovens do Senado Federal em 2016, a taxa de homicídios entre adolescentes negros é quatro vezes maior do que entre brancos (36,9 a cada 100 mil habitantes, contra 9,6). O gráfico a seguir mostra a distribuição de pessoas que sofreram agressões. Mais uma vez conforme visto nos índices anteriores, percebe-se uma elevação nas taxas para os grupos: mulheres e pessoas de pele preta ou parda.

Gráfico 3 – Distribuição de pessoas que foram vítimas de agressões físicas, no período de 365 dias, de 10 anos ou mais, segundo Regiões do Brasil – 1988-2009.



Fonte: PNAD - Características da Vitimização e do Acesso à Justiça no Brasil, 2009.

Nota: Elaboração própria.

Uma das grandes propostas dentro do estudo da criminalidade pela ciência econômica é em verificar se os gastos comumente realizados pela esfera pública com segurança são eficazes no intuito de inibir ou dirimir a ação criminosas. Haja vista o foco dado ao crime por essa ciência, os impactos causados pelo investimento do estado em assistência social e segurança pública, em boa parte da produção do assunto no Brasil mostram-se em certa medida favoráveis. Segundo Loureiro &

Carvalho Jr. (2007) os investimentos realizados no Brasil em segurança (considerando gastos relacionados a políticas públicas de segurança) e assistência social (programas de transferência de renda para indivíduos em situação de pobreza) mostraram-se significativos quanto à efetividade na redução das taxas de crimes (furtos, homicídios, sequestros e roubos) em 2001 e 2003.

5 CONCLUSÃO

O objetivo do trabalho foi observar, através da evolução dos estudos em economia do crime, as variáveis de impacto que possuem poder de explicação dos níveis de criminalidade no Brasil.

Ao longo da pesquisa, o ponto de partida foi o entendimento das modalidades diferentes de crimes que existem e exatamente a partir desse princípio que reside o grande desafio por parte dos pesquisadores no tema em indicar variáveis que possam explicar as motivações da ação no crime. O Texto seminal no assunto, proposto por Garry Becker trata do indivíduo como um criminoso em potencial que busca maximizar seu bem-estar praticando a ação quando o resultado dessa for superior ao descontentamento em ser preso; entretanto, o debate parece estar além dessa situação não sendo significativos os resultados encontrados por parte de pesquisadores que levaram em consideração o crime contra a vida, por exemplo.

Outro dado que chama a atenção é quanto a responsabilidade por parte dos órgãos atribuídos por gerar e implantar políticas públicas ligadas à segurança, em que o conhecimento do debate no tema ajuda a de fato serem implantadas com uma maior eficácia no resultado. O gasto público deve de alguma forma ser direcionado de maneira eficiente, e os estudos do tema ajudam a entender a efetividade do orçamento do estado quando pretende melhorar os níveis de segurança pública. Alguns autores irão indicar o modelo do crime proposto por Becker como um instrumental que deve ser base na formulação de propostas econômicas e sociais de maneira que a condução política e judicial do assunto seja orientada pelo mesmo. Novas pesquisas podem contribuir como a verificação da correlação entre as variáveis aqui apresentadas e seu real poder de explicação para índices criminais, tendo em vista que por se tratar de um fenômeno social, os efeitos podem ser diferentes a considerar contextos geográficos e culturais diversos.

O Brasil, evidência-se por caracterizar uma violência maior que de países que vivem conflitos armados declarados; ao longo das décadas, trabalhos apontaram para um novo movimento dos crimes contra a vida em que cidades que tradicionalmente eram conhecidas por sua fama de perigosas vêm sendo alcançadas, relativamente, por outras localidades dantes tidas como seguras. Outro movimento está na interiorização da violência e nesse campo, o debate dentro do tema indica uma atenção maior quanto à industrialização por parte das cidades do

interior do Brasil que trouxeram consigo as mazelas da cidade grande. Entretanto, novos trabalhos podem verificar a possibilidade de um efeito inverso, por parte de um combate mais efetivo em relação ao crime nos grandes municípios, sobretudo nas capitais.

Torna-se considerável como no país existe um entrave quanto à violência de grupos específicos que se lança como possibilidade de novos estudos para entender a vitimização de mulheres e da população negra e parda. Movimentos sociais organizados por esses grupos buscam lutar por condições igualitárias quanto à aplicação da lei, mas ainda há um tema que divide opiniões: quanto à motivação em se atingir a vida de indivíduos que pertencem a grupos específicos historicamente marginalizados pela sociedade. Por fim, a proposta em mapear o debate encontrado nesse trabalho instiga futuras propostas de pesquisa quanto à consideração das variáveis aqui apresentadas e seu real poder de explicação quanto aos determinantes do crime.

REFERÊNCIAS

BECKER, Gary S. **Crime and punishment**: An economic approach. The Journal of Political Economy, 1968, p.169–217.

BÍBLIA. A. T. Eclesiastes. In: BÍBLIA. Português. Bíblia sagrada: contendo o antigo e o novo testamento. Tradução da Comissão da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Nova Versão Internacional, 2000. p.516.

BRASIL. Capítulo III Da Educação, da Cultura e do Desporto. Artigo 208.
Cosntituição Federal do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei n. 10.826, de 22 de dez. de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. **República Federativa do Brasil**, Brasília,DF, dez 2003.

BRUECKNER, Jan K. **Lectures on Urban Economics**. The MIT Press. Cambridge, 2011.

CARVALHO, Renata C. TAQUES, Fernando H. **A Desigualdade de Renda e a Educação podem explicar a Criminalidade?** Uma análise para os estados brasileiros. Revista Políticas Públicas, São Luís, julho a dezembro de 2014, v. 18, n. 2, p. 343-357.

CERQUEIRA, Daniel R. C. **Causas e consequências do crime no Brasil**. BNDS, Rio de Janeiro, 2014.

CLEMENTE, Ademir. WELTERS, Angela. **Reflexões sobre o modelo original da economia do crime**. Revista de Economia, Curitiba, Jul/dez 2007, v.33, n.2, p.139-157.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Homicídios por Armas de Fogo no Brasil**. Brasília, 2010. Disponível em: < http://portal.cnm.org.br/sites/5700/5770/16072010_Estudo_Armas_de_Fogo.pdf>. Acesso em: 19 nov 2017.

DUENHAS, Rogério Allon. **Eficácia de gastos públicos em educação e segurança pública na redução de homicídios no Brasil**: Um estudo de Painel dinâmico de dados para os municípios brasileiros. 2009. 77. Dissertação – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

DUENHAS, Rogério A. GONÇALVES, Flávio O. GELINSKI JR, Eduardo. **Educação, Segurança Pública e Violência nos Municípios Brasileiros**: uma análise de painel dinâmico de dados. Revista 2, 2014, v. 22, n. 2.

FRANCO, Cleiton. **Revisão de Literatura e Evidências Empíricas sobre Economia do Crime**. Revista UNEMATE de Contabilidade, janeiro a julho, 2016, Vol. 5, n. 9.

G1. **Adolescente suspeito de matar dois colega sofria bullying, diz estudante**. 20 outubro 2017. Disponível em: < <https://g1.globo.com/goias/noticia/adolescente->

[suspeito-de-matar-a-tiros-dois-colegas-sofria-bullying-diz-estudante.ghml](#)> Acesso em: 20 novembro 2017.

G1. Homens encontrados mortos carbonizados em carro não tinham ligação com o tráfico, diz polícia. 20 outubro 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/peernambuco/noticia/homens-encontrados-mortos-carbonizados-em-carro-nao-tinham-ligacao-com-o-traffic-diz-policia.ghml> > Acesso em: 20 novembro 2017.

G1. Seis pessoas são presas em operação de combate ao abuso sexual de crianças no Paraná. 20 outubro 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/seis-pessoas-sao-presas-em-operacao-de-combate-ao-abuso-sexual-de-criancas-no-parana.ghml>> Acesso em: 20 novembro 2017.

G1. Sérgio Cabral é condenado a mais 13 anos de prisão. 20 outubro 2017. Disponível em:< <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/sergio-cabral-e-condenado-a-mais-13-anos-de-prisao.ghml>> Acesso em: 20 novembro 2017.

GAULEZ, Maiara P. Maciel, Vladimir F. **Determinantes da Criminalidade no Estado de São Paulo:** uma análise espacial de dados em *cross-section*. Encontro ANPEC, 2015. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_l/i12-8a5bcf2d9c8ec5c8690571936cc03e4b.pdf. Acesso em: 10 out 2017.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. **Características de Vitimização e do Acesso à Justiça no Brasil, 2009.** Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv47311.pdf>>. Acesso em 16 nov 2017.

LOUREIRO, André. CARVALHO Jr, José. **Impacto dos gastos públicos sobre a criminalidade no Brasil.** Encontro ANPEC 2007. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A163.pdf>. Acesso em: 18 nov 2017.

LOUREIRO, André O. F. CARVALHO, José R. **Uma Análise Econométrica do Impacto dos Gastos Públicos Sobre a Criminalidade no Brasil.** Laboratório de Estudos da Pobreza CAEN-UFC, Dezembro de 2008.

MENDONÇA, Mario J. C. de. LOUREIRO, Paulo R. A. SACHSIDA, Adolfo. **Criminalidade e Desigualdade Social no Brasil.** Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, julho de 2003.

ONU BRASIL. **Relatório alerta para o aumento dos casos de intolerância religiosa no Brasil.** 24 janeiro 2017. Disponível em:< <https://nacoesunidas.org/relatorio-alerta-para-aumento-dos-casos-de-intolerancia-religiosa-no-brasil/>> Acesso em: 20 novembro 2017.

RESENDE, João P. ANDRADE, Mônica V. Crime Social, castigo Social: **Desigualdade de Renda e Taxas de Criminalidade nos Grandes Municípios Brasileiros.** Estudos Econômicos, São Paulo, Janeiro-Março de 2011, Vol. 41, N.1, p. 173-195.

SANTOS, Marcelo J. KASSOUF, Ana L. **Estudos Econômicos das Causas da Criminalidade no Brasil: Evidências e Controvérsias**. Revista Economia, Brasília, Maio a Agosto de 2008, v. 9, n. 2, p. 343-372.

SENADO FEDERAL. **CPI Assassinato de Jovens**. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens>. Acesso em: 18 nov 2017.

SOARES, Glácio A. SOUZA, Cíntia P. R. de. MOURA, Marcos V. **Gênero e Vitimização por homicídio**. Coleção Segurança com Cidadania. Políticas de Prevenção e Controle. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/revista_seguranca/colecao-seguranca-com-cidadania-v_03.pdf/view. Acesso em: 17 nov 2017.

UNESCO. **A crise oculta: conflitos armados e educação**. Paris. Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), 2011. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001911/191186POR.pdf>> Acesso em: 10 nov 2017.

WASELFISZ, Julio J. **Mapa da Violência 2012: Os Novos Padrões da Violência Homicida No Brasil**. Instituto Sangairi, São Paulo, 2011.

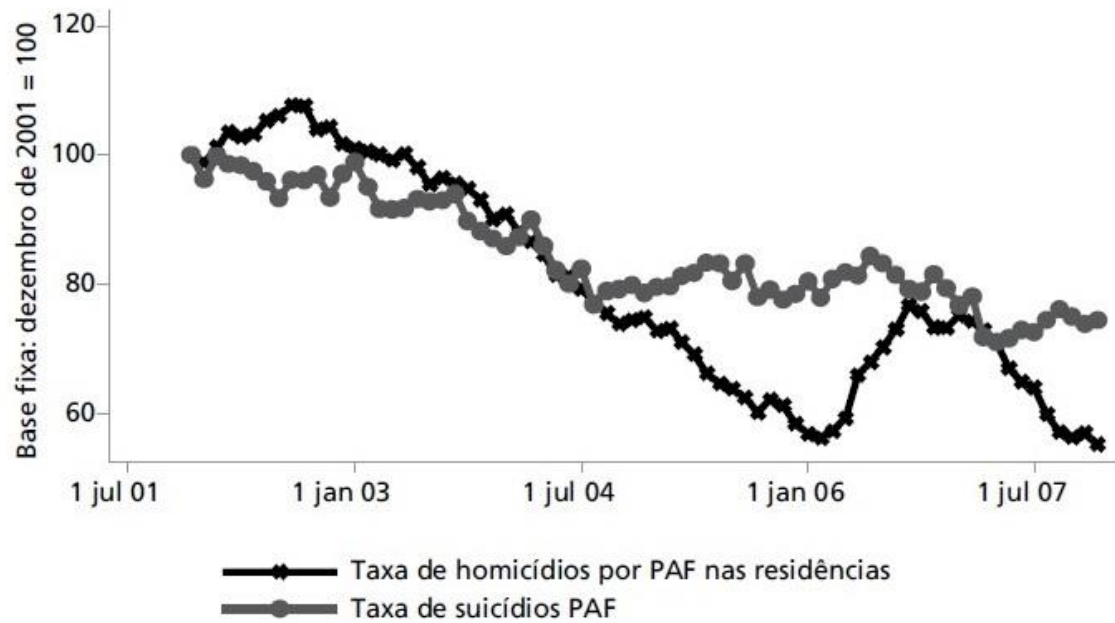
APÊNDICE A – RESUMO DOS PRINCIPAIS TRABALHOS ANALISADOS COM OS PRINCIPAIS RESULTADOS ENCONTRADOS

Autores	Variáveis	Principais Resultados
Resende e Andrade (2011)	Desigualdade de renda, ação policial, densidade populacional, renda <i>per capita</i> , pobreza, escolaridade, fecundade em 1991, acesso a TV, famílias lideradas por mulheres, homens entre 15 e 25 anos e <i>dummies</i> para região metropolitana.	A desigualdade de renda é um fator determinante de crimes orientados para a transferência de propriedade, mas não tanto para crimes passionais contra a vida ou contra a pessoa.
Gaulez e Maciel (2015)	Renda, número de agências bancárias por 100 mil habitantes, número de médicos por 100 mil habitantes, jovens e grau de urbanização.	A criminalidade é maior em regiões mais urbanizadas, mais densamente ocupadas e com maior nível de renda.
Mendonça e Loureiro (2003)	Renda média das famílias, gasto público com segurança, taxa de urbanização, Índice de Gini, taxa de desemprego.	Aumento do consumo referencial eleva a renda exigida no mercado de trabalho para o agente permanecer fora da criminalidade; a desigualdade medida pelo índice de Gini é um fator que acentua a criminalidade.
Duenhas (2009)	Educação, densidade demográfica, segurança pública.	Relação negativa entre gastos com educação e níveis criminais
Walszys (2012)	Análise da evolução dos dados de homicídios no Brasil (UF, Capitais e municípios do interior)	Disseminação e interiorização da violência.
Santos e Kassouf (2008)	Análise da evolução nos trabalhos realizados no Brasil sobre a Economia do Crime.	Indica os problemas encontrados quanto a resultados controversos nos estudos pesquisados.

Cerqueira (2014)	Análise da evolução dos Homicídios no Brasil.	O estrato da população que são vítimas de homicídios são homens, jovens e com baixa escolaridade.
Loureiro e Carvalho (2006)	Taxa de homicídios dolosos por 100 mil habitantes, taxa de roubos por 100 mil habitantes, taxa de furtos por 100 mil habitantes, Taxa de extorsões mediante sequestro por 100 mil habitantes, coeficiente de renda Gini, Renda domiciliar <i>per capita</i> , porcentagem de pessoas abaixo da linha da pobreza, número médio de estudos na população de 25 anos ou mais, porcentagem de pessoas entre 15 a 24 anos do sexo masculino, taxa de desemprego aberto, porcentagem de lares uniparentais, gasto em segurança pública <i>per capita</i> , receita tributária <i>per capita</i> e gasto em assistência e previdência social <i>per capita</i> .	A concentração de renda e a <i>proxy</i> para desorganização social, proporção de lares uniparentais, afetam a criminalidade robusta e positivamente, na maioria das estimativas e das categorias de crimes analisados; gastos públicos apresentou efeito negativo em relação a criminalidade e resultados negativos em relação aos gastos com assistência social.
Carvalho e Taques (2014)	Despesa com segurança, educação, renda e desigualdade.	Estatisticamente significativos para renda, despesa com segurança e desigualdade de renda no modelo de efeitos fixos, enquanto que no modelo de efeitos aleatórios, apenas as variáveis renda e despesa com segurança.

Nota: Elaboração própria.

ANEXO A – HOMICÍDIOS POR PORTE DE ARMA DE FOGO (PAF) DENTRO DAS RESIDÊNCIAS E SUICÍDIOS POR PORTE DE ARMA DE FOGO (PAF)



Fonte: CERQUEIRA, 2014.

**ANEXO B – RELAÇÃO DE NÚMEROS E TAXAS MÉDIAS (100 MIL HABITANTES)
DOS 200 MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES NO BRASIL
(2008/2010) – ORDEM DECRESCENTES EM RELAÇÃO ÀS MAIORES TAXAS**

MUNICÍPIO	UF	POPULAÇÃO MÉDIA	HOMICÍDIOS			TAXA MÉDIA	Posição	
			2008	2009	2010*		NAC.	EST.
SIMÕES FILHO	BA	116.348	175	153	183	146,4	1	1
CAMPINA GRANDE DO SUL	PR	37.707	46	53	48	130,0	2	1
MARABÁ	PA	216.808	250	284	250	120,5	3	1
GUAIÁRA	PR	30.149	40	27	35	112,8	4	2
PORTO SEGURO	BA	123.695	114	128	160	108,3	5	2
ANANINDEUA	PA	483.730	417	408	744	108,1	6	2
CORONEL SAPUCAIA	MS	14.240	18	18	10	107,7	7	1
ITABUNA	BA	208.456	208	232	210	103,9	8	3
MACEIÓ	AL	928.446	990	876	1025	103,8	9	1
ITAIPSSUMA	PE	23.898	24	24	25	101,8	10	1
ARAPIRACA	AL	211.227	193	227	223	101,5	11	2
ILHA DE ITAMARACÁ	PE	20.148	25	21	15	100,9	12	2
GOIANÉSIA DO PARÁ	PA	29.510	39	32	18	100,5	13	3
LAURO DE FREITAS	BA	158.233	145	170	162	100,5	14	4
EUNÁPOLIS	BA	99.195	88	118	93	100,5	15	5
SERRA	ES	403.247	433	394	381	99,9	16	1
ITUPIRANGA	PA	46.776	68	43	24	96,2	17	4
TALÂNDIA	PA	74.439	64	79	68	94,5	18	5
PIRAQUARA	PR	89.610	67	74	103	90,8	19	3
PILAR	AL	32.926	36	22	28	87,1	20	3
RONDON DO PARÁ	PA	47.019	46	33	41	85,1	21	6
JUQUITIBA	SP	28.914	18	20	34	83,0	22	1
ARIQUEMES	RO	87.467	75	93	49	82,7	23	1
TUCUMÁ	PA	30.591	12	22	41	81,7	24	7
MARITUBA	PA	103.496	64	78	111	81,5	25	8
CARIACICA	ES	355.508	302	311	249	80,8	26	2
BOM JESUS DO TOCANTINS	PA	14.429	9	19	6	78,5	27	9
CABO DE SANTO AGOSTINHO	PE	177.506	159	124	131	77,7	28	3
TUCURUI	PA	95.572	82	77	63	77,4	29	10
NOVA IPIXUNA	PA	14.727	10	14	10	77,0	30	11
MESSIAS	AL	15.615	8	17	11	76,9	31	4
PEDRO CANÁRIO	ES	23.995	8	23	24	76,4	32	3
BURITIS	RO	33.131	21	22	32	75,5	33	2
PARAGOMINAS	PA	96.649	67	56	95	75,2	34	12
TEDEIRA DE FREITAS	BA	131.100	73	101	121	75,0	35	6
LINHARES	ES	136.104	102	123	78	74,2	36	4
OURILÂNDIA DO NORTE	PA	24.265	7	20	27	74,2	37	13
ALMIRANTE TAMANDARÉ	PR	99.972	70	79	73	74,0	38	4
NOVO PROGRESSO	PA	23.484	3	22	27	73,8	39	14
MARECHAL DECIDORO	AL	46.271	35	34	33	73,5	40	5
SÃO SEBASTIÃO	AL	31.966	23	27	20	73,0	41	6
SÃO MATEUS	ES	104.842	68	86	74	72,5	42	5
RECIFE	PE	1.543.842	1321	1110	890	71,7	43	4
GUARATUBA	PR	32.205	24	22	23	71,4	44	5
JOÃO PESSOA	PB	708.299	416	516	581	71,2	45	1
ARMAÇÃO DOS BÚZIOS	RJ	27.631	26	21	12	71,2	46	1

(CONTINUA)

MUNICÍPIO	UF	POPULAÇÃO MÉDIA.	HOMICÍDIOS			TAXA MÉDIA	Posição	
			2008	2009	2010*		NAC.	Est.
CUJUBIM	RO	14.988	10	10	12	71,2	47	3
TEOTÔNIO VILELA	AL	41.325	32	28	28	71,0	48	7
SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	PA	25.439	14	24	16	70,8	49	15
DIAS D'ÁVILA	BA	61.520	52	37	41	70,4	50	7
FOZ DO IGUAÇU	PR	287.639	222	198	187	70,3	51	6
VITÓRIA	ES	322.809	235	226	220	70,3	52	6
REDENÇÃO	PA	71.159	39	49	62	70,3	53	16
COLNIZA	MT	28.009	22	20	17	70,2	54	1
FLORESTA	PE	28.547	24	18	18	70,1	55	5
SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	PA	22.510	10	13	24	69,6	56	17
ELDORADO DOS CARAJÁS	PA	30.547	22	27	14	68,7	57	18
PACAIA	PA	40.374	28	28	27	68,5	58	19
CARAÚBAS	RN	19.955	15	12	14	68,5	59	1
DUQUE DE CAXIAS	RJ	859.720	606	582	542	67,1	60	2
COARACI	BA	21.888	21	8	15	67,0	61	8
BARBALHA	CE	53.910	33	27	47	66,2	62	1
PINHAIS	PR	116.996	58	72	100	65,5	63	7
VITÓRIA DA CONQUISTA	BA	310.382	149	196	265	65,5	64	9
AGRESTINA	PE	22.525	16	17	11	65,1	65	6
CABO FRIO	RJ	183.431	129	142	87	65,1	66	3
SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	AL	53.824	32	29	44	65,0	67	8
JACUNDA	PA	52.937	37	40	26	64,9	68	20
SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	PR	20.598	13	14	13	64,7	69	8
UNIÃO DOS PALMARES	AL	62.377	38	38	44	64,1	70	9
ITORORÓ	BA	20.378	12	11	16	63,8	71	10
IPOJUCA	PE	77.348	53	55	40	63,8	72	7
SOORETAMA	ES	23.556	11	19	15	63,7	73	7
IBIMIRIM	PE	27.780	19	22	12	63,6	74	8
CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	RO	12.728	1	8	15	62,9	75	4
IMPERATRIZ	MA	241.908	172	144	138	62,6	76	1
PONTA PORÁ	MS	76.237	49	52	42	62,5	77	2
TORITAMA	PE	33.862	14	24	25	62,0	78	9
ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	GO	149.591	101	76	100	61,7	79	1
BETIM	MG	403.798	283	249	215	61,7	80	1
PARALIMPEBAS	PA	149.617	91	104	81	61,5	81	21
NOVA BANDEIRANTES	MT	12.534	9	6	8	61,2	82	2
CABEDELO	PB	54.504	9	34	57	61,2	83	2
VILA VELHA	ES	411.083	246	292	215	61,1	84	8
LUCENA	PB	11.486	9	4	8	60,9	85	3
SALVADOR	BA	2.812.195	1771	1883	1484	60,9	86	11
ALAGOINHAS	BA	139.576	82	96	77	60,9	87	12
JOAQUIM GOMES	AL	22.471	13	14	14	60,8	88	10
PARATY	RJ	36.358	22	29	15	60,5	89	4
ALTO PARAÍSO	RO	17.152	10	8	13	60,2	90	5
ILHEUS	BA	201.973	110	135	120	60,2	91	13
PAU BRASIL	BA	11.635	2	9	10	60,2	92	14

(CONTINUA)

MUNICÍPIO	UF	POPULAÇÃO MÉDIA.	HOMICÍDIOS			TAXA MÉDIA	POSICÃO	
			2008	2009	2010*		NAC.	EST.
VALENÇA	BA	88.608	33	36	90	59,8	93	15
CANAVEIRAS	BA	34.624	15	29	18	59,7	94	16
RIO LARGO	AL	67.920	53	29	39	59,4	95	11
CRISTALINA	GO	42.353	23	32	20	59,0	96	2
CARIARI	PE	304.735	205	181	153	59,0	97	10
RIO BRANCO DO SUL	PR	31.733	9	32	15	58,8	98	9
SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	PA	12.559	7	6	9	58,4	99	22
MACHADINHO D'OESTE	RO	31.675	15	23	17	57,9	100	6
BREJETUBA	ES	11.538	9	8	3	57,8	101	9
VIANA	ES	62.596	40	35	33	57,5	102	10
PONTAL DO PARANÁ	PR	19.214	7	10	16	57,2	103	10
JAGUARE	ES	23.902	11	12	18	57,2	104	11
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	PR	268.370	121	187	152	57,1	105	11
PATOS	PB	100.326	55	58	58	56,8	106	4
ESCALA	PE	62.840	60	26	21	56,8	107	11
GUARAPARI	ES	104.200	70	59	48	56,6	108	12
CURITIBA	PR	1.790.000	1032	1022	979	56,5	109	12
CASTANHAL	PA	166.130	78	104	98	56,2	110	23
GOIANA	PE	74.913	41	45	40	56,1	111	12
AMAMBAI	MS	34.616	32	11	15	55,9	112	3
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	PE	127.828	82	68	63	55,5	113	13
FAZENDA RIO GRANDE	PR	80.465	29	56	49	55,5	114	13
BARRA DE SÃO FRANCISCO	ES	40.975	30	24	14	55,3	115	13
ITINGA DO MARANHÃO	MA	25.365	13	16	13	55,2	116	2
BARRA DOS COQUEIROS	SE	22.393	11	12	14	55,1	117	1
VALPARAÍSO DE GOIÁS	GO	126.930	39	76	94	54,9	118	3
ITAPERICA	BA	20.683	7	9	18	54,8	119	17
NOVO GAMA	GO	91.288	43	60	47	54,8	120	4
PIRANHAS	AL	23.848	13	8	18	54,5	121	12
CAMAÇARI	BA	235.463	138	124	123	54,5	122	18
SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO	GO	60.578	33	37	29	54,5	123	5
FUNDÃO	ES	16.575	8	7	12	54,3	124	14
FLEXEIRAS	AL	12.298	10	5	5	54,2	125	13
JABOTÃO DOS GUARARAPES	PE	661.483	430	363	281	54,1	126	14
SÃO JOSÉ DA LAJE	AL	22.814	8	14	15	54,1	127	14
BELEM DE MARIA	PE	10.575	4	6	7	53,6	128	15
VARZEA GRANDE	MT	245.261	128	126	140	53,5	129	3
CLIPPA	PE	23.077	10	21	6	53,4	130	16
BAYeux	PB	97.593	34	62	59	52,9	131	5
ITAÍTINGA	CE	34.100	20	19	15	52,8	132	2
ARAUCÁRIA	PR	117.486	43	76	67	52,8	133	14
ALTAMIRA	PA	97.959	41	50	64	52,7	134	24
ITAJUPE	BA	20.888	8	13	12	52,7	135	19
SERTANÓPOLIS	PR	15.833	16	5	4	52,6	136	15
COMODORO	MT	18.401	8	13	8	52,5	137	4
UMARIZAL	RN	10.799	1	9	7	52,5	138	2

(CONTINUA)

MUNICÍPIO	UF	POPULAÇÃO MÉDIA.	HOMICÍDIOS			TAXA MÉDIA	Posição	
			2008	2009	2010*		Nac.	Est.
LUZIANIA	GO	189.166	106	77	113	52,2	139	6
SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	BA	41.889	10	30	25	51,7	140	20
NOVO REPARTIMENTO	PA	58.278	45	17	28	51,5	141	25
SANTA RITA	PB	123.084	50	60	80	51,5	142	6
TRINDADE	PE	25.993	16	14	10	51,3	143	17
NOVA MAMORÉ	RO	22.098	12	14	8	51,3	144	7
VERA CRUZ	BA	37.205	16	17	24	51,1	145	21
EXTREMOZ	RN	23.521	13	20	3	51,0	146	3
CAMPO MOURÃO	PR	86.327	42	39	51	51,0	147	16
NOVA VIÇOSA	BA	37.294	10	22	25	50,9	148	22
ECOPORANGA	ES	23.566	16	10	10	50,9	149	15
MACAÉ	RJ	197.758	114	81	107	50,9	150	5
ITABELA	BA	27.513	19	7	16	50,9	151	23
FEIRA DE SANTANA	BA	570.570	241	286	342	50,8	152	24
MOSSORÓ	RN	250.730	126	118	137	50,7	153	4
SANTA LUZIA	BA	14.480	6	5	11	50,6	154	25
SÃO LUÍS	MA	1.000.832	428	523	569	50,6	155	3
TAMANDARÉ	PE	19.785	11	11	8	50,5	156	18
ITAPEBI	BA	11.213	3	8	6	50,5	157	26
CONCEIÇÃO DA BARRA	ES	27.739	8	17	17	50,5	158	16
NANUQUE	MG	41.112	23	25	14	50,3	159	2
PALMARES	PE	59.055	35	30	24	50,2	160	19
ARAGUAINA	TO	134.806	67	75	61	50,2	161	1
CARAGUATATUBA	SP	97.719	55	50	42	50,1	162	2
IBICARAÍ	BA	24.631	5	18	14	50,1	163	27
JUPI	PE	13.990	7	6	8	50,0	164	20
PARIFUEIRA	AL	10.687	6	4	6	49,9	165	15
BRANQUINHA	AL	11.363	3	10	4	49,9	166	16
ABREU E LIMA	PE	95.050	53	45	44	49,8	167	21
LIMOEIRO	PE	56.321	31	34	19	49,7	168	22
CAAPORÁ	PB	20.146	6	12	12	49,6	169	7
PENEDO	AL	60.564	27	31	32	49,5	170	17
ARACRUZ	ES	79.623	42	34	42	49,4	171	17
OLINDA	PE	386.315	217	195	159	49,3	172	23
BUERAREMA	BA	19.646	11	6	12	49,2	173	28
CIDADE OCIDENTAL	GO	53.609	28	26	25	49,1	174	7
BELEM	PA	1.408.762	669	644	760	49,1	175	26
CORURUPI	AL	52.357	13	38	26	49,0	176	18
ITABAIANA	SE	86.346	44	42	40	48,6	177	2
UNA	BA	24.699	14	14	8	48,6	178	29
XEXÉU	PE	14.436	3	12	6	48,5	179	24
CAMPINA GRANDE	PB	383.318	155	184	218	48,4	180	8
IPORÁ	PR	15.167	3	12	7	48,4	181	17
BELMONTE	BA	22.067	14	14	4	48,3	182	30

(CONTINUA)

MUNICÍPIO	UF	POPULAÇÃO MÉDIA.	HOMICÍDIOS			TAXA MÉDIA	POSICÃO	
			2008	2009	2010*		NAC.	EST.
COLOMBO	PR	227.236	98	124	106	48,1	183	18
PANCAS	ES	20.119	9	14	6	48,0	184	18
XINGUARA	PA	40.320	18	20	20	47,9	185	27
ITAPECERICA DA SERRA	SP	155.858	82	59	83	47,9	186	3
MANGARATIBA	RJ	34.152	17	14	18	47,8	187	6
CONDE	PB	20.926	7	10	13	47,8	188	9
PLANALTINA	GO	80.406	55	23	37	47,7	189	8
PORTO VELHO	RO	403.857	178	186	213	47,6	190	8
CAMPOS DOS GOYTACAZES	RJ	447.785	205	241	193	47,6	191	7
ÁGUA CLARA	MS	14.024	6	7	7	47,5	192	4
SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	PR	26.027	19	6	12	47,4	193	19
COLATINA	ES	111.251	48	64	46	47,3	194	19
BREJO BRANCO	PA	51.447	20	27	26	47,3	195	28
AQUIRAZ	CE	71.534	39	26	36	47,1	196	3
IGARASSU	PE	100.311	39	50	52	46,9	197	25
CANDEIAS	BA	82.232	43	33	39	46,6	198	31
ITABORAÍ	RJ	221.659	108	94	107	46,5	199	8
MATA DE SÃO JOÃO	BA	39.573	15	17	23	46,3	200	32

FONTE: WASELFISZ, 2011.